

Sumário

Prefácio.....	V
Apresentação	IX
1 Introdução	9
2. Lavagem de dinheiro	15
2.1 Conceito, características e definição criminológica do delito de lavagem de dinheiro	15
2.2 Definição criminológica do delito de lavagem de dinheiro como espécie de crime de colarinho branco	17
2.2.1 Teoria da associação diferencial	23
2.2.2 Princípios da teoria da associação diferencial e sua aplicabilidade com os crimes econômicos ocorridos no mercado de arte	26
2.3 Abordagem teórica acerca do delito de lavagem de dinheiro.....	28
2.4 Mecânica trifásica da lavagem de dinheiro	35
2.4.1 Colocação, estruturação ou <i>smurfing</i>	36
2.4.2 Conversão, dissimulação, ocultação, transformação.....	37
2.4.3 Reintegração, devolução, lavagem de capitais em sentido estrito.....	38
2.5 Conceito de lavagem de dinheiro <i>stricto sensu</i>	39
2.6 Fundamentos acerca do bem jurídico tutelado.....	44
2.7 Outras características da lavagem de dinheiro	47
2.8 Participação do direito administrativo no controle da lavagem de dinheiro	48

3 Funcionamento do mercado de arte no Brasil.....	53
3.1 Estrutura jurídica do mercado de arte brasileiro e proteção jurídica aos bens culturais.....	55
3.2 Desenvolvimento do mercado de arte no Brasil	60
3.3 Tradições e leis não escritas do mercado de arte	64
3.3.1 Mercado segmentado	65
3.3.2 Rótulos, <i>merchants, marketing</i> e especulação financeira	66
3.3.3 Internacionalização do comércio	68
3.3.4 Registros das movimentações	69
4. Incidência da lavagem de dinheiro na regulação do mercado de arte brasileiro	71
4.1 Tecnologia da legislação antilavagem: mecanismos de controle interno, <i>due diligence</i> e fortalecimento das instituições do mercado de arte.....	72
4.2 Desenvolvimento da legislação brasileira de combate à lavagem de dinheiro no mercado de arte	78
5. Análise de dados acerca dos impactos da legislação antilavagem no mercado de arte brasileiro	87
5.1 Quadro normativo de leis e decretos relacionados à lavagem de dinheiro com obras de arte no Brasil.....	91
5.2 Perfil dos cadastrados	92
5.3 Quantidade de novos cadastros por ano	95
5.4 Procedimentos administrativos e obrigatoriedade do cadastro.....	96
5.4.1 Análise dos registros dos objetos e leilões	99
5.5 Atuação do COAF	103

5.5.1 Grupos multidisciplinares e a atuação interinstitucional entre o Iphan e o COAF.....	103
5.5.2 Aprimoramento dos bancos de dados e dos registros de ocorrência do COAF.....	104
5.6 Apontamentos sobre a jurisprudência brasileira em processos envolvendo lavagem de dinheiro com obras de arte e antiguidades	109
5.7 Além do Cnart: contraste da iniciativa brasileira com a experiência internacional.....	112
5.8 O destino das obras apreendidas e os novos caminhos para a regulação	118
Conclusão: Novos rumos para a legislação brasileira	123
Referências.....	127